

# Tudo Em Pedacos: Reflexões Sobre Desclassificação E Complexidade

Antonio L. García Gutiérrez

**Como citar:** GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. Tudo em pedaços: reflexões sobre desclassificação e complexidade. *In:* ALMEIDA, Carlos Cândido de; SAN SEGUNDO, Rosa; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.15-40. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1.p15-40>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# 1

## TUDO EM PEDAÇOS: REFLEXÕES SOBRE DESCLASSIFICAÇÃO E COMPLEXIDADE<sup>1</sup>

*EVERYTHING “INTO  
PIECES”: REFLECTIONS ON  
DECLASSIFICATION AND  
COMPLEXITY*

*Antonio L. GARCÍA GUTIÉRREZ*  
*desclasificar@gmail.es*

---

<sup>1</sup> Tradução da conferência não publicada intitulada “Todo en pedazos: reflexiones sobre desclasificación y complejidad”, apresentada no XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, realizado em Marília em 2017. Esta conferência foi extraída e adaptado de partes do livro “En pedazos. El sentido de la clasificación”. Madrid: ACCI, 2018. Tradução e notas de Carlos Cândido de Almeida.

**Resumo:** A classificação constrói o mundo, para tanto, quebra-o em pedaços através de dicotomias, subordinações, definições e partições submetidas aos princípios de uma lógica tradicional que determina uma visão fictícia e repressora da imensidade mestiça, contraditória e aberta do sentido. A desclassificação, por sua vez, contribui para pensar e reclassificar sem as restrições dessa lógica e de seus numerosos obstáculos epistemológicos. Este texto explora a concepção de parte e pedaço em uma antiga língua maia para repensar os modos contemporâneos de classificação global. Os teóricos e práticos da Ciência da Informação e Organização do Conhecimento são relevantes atores da classificação e, consequentemente, assumem uma grande responsabilidade ao apoiar consciente e inconscientemente um projeto de progresso que poderia encaminhar o mundo a complicações irreversíveis. A desclassificação oferece algumas estratégias de reversão sistêmica.

**Palavras-chave:** Desclassificação. Organização do Conhecimento. Ciência da Informação. Progresso. Pensamento crítico.

**Abstract:** The classification builds the world, as it breaks it into pieces, through dichotomies, subordinations, definitions and partitions subject to the principles of a traditional logic that determines a fictitious and repressive vision of the mixed, contradictory and open immensity of meaning. Declassification, for its part, contributes to thinking and reclassifying without the restrictions of that logic and its numerous epistemological obstacles. This text explores the conception of part and piece in an ancient Mayan language to rethink contemporary modes of global classification. Information Science and KO theoreticians and practitioners are relevant actors in the classification and, consequently, take on a great responsibility by consciously or unconsciously supporting a progress project that could be leading the world towards irreversible complications. Declassification offers some systemic reversal strategies.

**Keywords:** declassification, knowledge organization, information science, progress, critical thinking.

## **1 INTRODUÇÃO**

Atribui-se a Niels Bohr (1988), prêmio Nobel de Física, em 1922, e um dos pais da mecânica quântica, o seguinte comentário: “você não pensa, você apenas usa a lógica”. Para essa exposição solicito-lhes abandonar provisoriamente nossa lógica inflexível e convido-lhes a pensar junto nos novos cenários de complexidade e desclassificação impactados pelas ingovernáveis transgressões conceituais que não apenas configuram nosso pensamento teórico ou nossas práticas em Ciência da Informação, mas interferem, de modo inseparável, na nossa vida cotidiana.

A desclassificação contribui justamente para pensar o mundo sem as restrições da lógica convencional, daí, por exemplo, o seu interesse por impugná-la e recuperar o valor da retórica e da contradição.

Depois da catástrofe nuclear de Chernobil, em 1986, o então presidente soviético Mikhail Gorbachev – obrigado pela Perestroika – sentenciou: “devemos deter o progresso”. (La Batalla De Chernóbil, 2006). Frente a essa declaração, desde nossa área de atuação, deveríamos fazer-nos duas perguntas imediatas: 1) existe alguma especialização profissional ou acadêmica mais consciente e relacionada aos assuntos da classificação que a Ciência da Informação? 2) que relação existe entre a lógica da classificação e um determinado tipo de conhecimento construído por e para essa forma de avançar rumo ao progresso?

Todos nós contribuimos para desenvolver e expandir as razões predestinadas pela lógica dicotômica (mediante oposições), hierárquica (subordinações) e metonímica (partições). Talvez praticar pensamentos não contrários, mas alternativos como o desclassificado, não seja apenas um privilégio particular nosso, porém seria a nossa principal responsabilidade. Nesse caso, enfrentamos um debate urgente: esclarecer a orientação de certas teorias e práticas de classificação em relação aos modos não desejáveis de progresso para reconduzi-lo (em termos pós-coloniais) não a um “outro progresso”, mas a um “progresso-outro”, no que afeta particularmente o mundo simbólico. Além de averiguar, desde uma posição reflexiva e auto-

crítica, o que podemos fazer pela emancipação de nossos cidadãos classificados (eles, também, classificadores)?

Particularmente, penso que nosso campo deveria renunciar a sua aparente neutralidade e objetivismo para adotar explicitamente posições de compromisso político, ecológico, social, cosmopolita e pós-nacional, porque, extrapolando o ditado de Martín Barbero (1999), “[...] nos estudos sobre a informação, deve-se decidir de qual lado estamos” (e em desclassificação, em minha opinião, esse lado é o do livre-pensamento).

Um dos mecanismos que, de forma crescente, infiltra o ato classificatório é a regulação. Naturalmente, algumas normas são necessárias, como beber ou comer, mas a super-regulação tal como a superalimentação, produz sérios danos. Um mundo hiper-nômico como sucedido nas sociedades ocidentais, não tem condições para ser um mundo livre.

A burocracia, porém, entra na “normalidade” da nossa lógica. É uma racionalização em prol da eficiência autocomplacente. Na Espanha, por exemplo, existem atualmente mais de 150.000 normas oficiais, sem contar as das empresas, universidades, revistas, congressos etc. Todos nós temos que obedecer a regras a todo momento. Não existe atividade que não seja regulamentada ou sancionada. A burocracia é a ideologia da regulação. Uma ideologia sem ideologia, portanto, transversal e aparentemente neutra foi tão útil para a Alemanha nazista quanto para a União Soviética, tanto para organizações internacionais quanto para o capitalismo e para as academias globais. A burocracia é regular e regular é classificar. Que limite burocrático seria tolerável para a Ciência da Informação?

Ao extirpar a complexidade humana da produção do conhecimento e livrar-se da Inquisição, o próprio Descartes legou a dúvida (da qual não duvidou, segundo Vilém Flusser (2011)) a todas as gerações futuras de pesquisadores, condenando-as a uma verdade única, à objetividade, à medição, à erradicação de ideologia, emoções e impulsos. Justamente essas mutilações do psiquismo convertem o trabalho com taxonomias em taxidermia, classes e categorias são encerradas em sarcófagos conceituais;

o livre-pensamento submete-se diante de indicadores não neutros como qualidade, impacto e eficiência, assim a pluralidade de mundos simbólicos extingue-se.

Depois de trabalhar quatro décadas desenvolvendo projetos classificatórios sob os ditames do paradigma tecnodigital, o excesso de rigor e a definição que conduz à endogamia conceitual fizeram-me, aos poucos, desconfiar de noções inquestionáveis, automatismos invisíveis, preconceitos e aproximar-me das contradições, das ambiguidades e de outros recursos proscritos pela lógica hegemônica. A partir desse mal-estar freudiano, usado como gatilho emprestado ao pensamento complexo, foi relativamente fácil dar o salto pós-epistemológico ao vazio sedutor, ainda que mais terreno, da desclassificação.

Uma tarefa prioritária foi pensar-me pensando e repensando toda a minha relação, com o meu objeto de estudo, no indissociável quadro conceitual da cultura, da linguagem, da identidade, da memória, do imaginário, da experiência, da racionalidade e da tecnologia, isto é, o mundo desde uma perspectiva desclassificada, então, um dos meus primeiros objetivos consistiu em resgatar várias ferramentas gerais que convidam ao “pluralismo lógico”: 1) a autocrítica: não pode haver ética crítica sem autocrítica prévia e incondicional; 2) o retorno do político ao pensamento; e 3) a reabilitação de recursos banidos pela epistemologia, especialmente a contradição.

Uma possível forma de investigar a desclassificação é localizar e aprender com a diferença cultural que ainda não se tornou um simulacro para os turistas (como o caso da etnia Mursi) Determinadas culturas ainda têm cosmovisões que devemos estudar sem intervir, para “redirecionar” nossa própria decadência, em vez de continuar a exportá-la.

São cosmovisões distantes e às vezes intraduzíveis em termos da racionalidade ocidental. No entanto, da intraduzibilidade, do contraste e do contato emocional, também se extraem materiais altamente valiosos para o projeto desclassificador. Neste texto, centro minha curiosidade sobre uma

cultura maia, durante um período de licença profissional que passei no México, em 2016 (porém, no Brasil também há um tesouro gnoseológico incalculável para conhecer, sem interferir em sua própria evolução).

Para pensar de maneira desclassificada, é preciso suspender os fundamentos do que poderíamos chamar de “episteme trinitária”, isto é, três hipóteses que determinam o pensamento classificado (aprofundadas em trabalhos recentes do autor):

1. suspensão da supremacia da razão consistente, produto de um certo saber hegemônico que tem, afinal, como todo poder, inúmeras rotas de fuga. Trata-se de operar com uma racionalidade imperfeita (como Ulisses (Elster, 1989)) e com uma razão que se tem consciência que é fraca.
2. suspensão da concepção de uma realidade dizível e controlável, reconfigurando o papel contraditório de categorias e conceitos fechados, os quais tentam capturá-la quando, na verdade, as mediações e os metaconceitos distanciam-nos cada vez mais dela.
3. suspensão da verdade, eliminando-a como hipótese dos horizontes desclassificados e relegando-a a um quadro real de vieses, autoenganos e contradições. A verdade só poderia ser verdadeira se tivesse a possibilidade de ser refutada para converter-se em erro ou falsidade.

## **2 PRISIONEIRO DA CLASSIFICAÇÃO E FUGA DESCLASSIFICADA**

Embora muitos nunca saberão, e uma minoria despótica os priva de recursos metacognitivos para livrar-se dela, somos prisioneiros de uma classificação adquirida que nos submeteu e submete durante nossa vida. Prisioneiros de lugares, tempos, identidades e tradições, denominações, agendas, alarmes, indicadores, tecnologias e de muitos outros hábitos e objetos. Por exemplo, a maioria afirma, seleciona, decide, julga, discrimina

e classifica a partir de uma concepção de fronteira nacional, de um genético implacável, ou ainda, a partir de uma arrogância qualquer: racial, patriarcal, de classe, e de uma elitização sutil constante e inconsciente. Isso tudo é incompatível com a autêntica racionalidade reivindicada e muito próxima de atos conscientes ou inconscientes de totalitarismo. O problema não é a racionalidade imperfeita, mas a falta de reconhecimento de uma (felizmente) imperfeição absoluta.

Reproduzimos uma classificação organizada na lógica totalista e, portanto, totalitária, que é disseminada por todas as instituições sociais e nós mesmos impomos ao nosso meio através de uma intersubjetividade acrítica. De um ponto de vista paraconsistente, somos prisioneiros de todas essas instâncias citadas, contudo, ao mesmo tempo, não somos, porque não guardamos uma relação direta, física e epidérmica com elas, mas com o conjunto classificado de suas representações.

Consequentemente, seriam os efeitos das relações e subordinações produzidas pelos conceitos, pelos símbolos, pelos discursos e pelas mediações, ou seja, por sua classificação de fato, mais do que simples objetos que, em si mesmos - ou desprovidos de uma espécie de “gancho hipnótico” - seriam insossos, indiferentes ou inofensivos para outros olhos - o que realmente diz respeito a estratégias desclassificadas. Esse “gancho hipnótico” ocorre em cérebros dotados pela evolução de uma capacidade conceitual e simbólica tão elevada, que pode ser confundida com lucidez.

Somos classificados e treinados pela civilização para classificar, em seu interesse exclusivo, qualquer artefato, indivíduo, comportamento, mundo conhecido ou imaginário, presente, passado ou futuro, macro ou micro, material ou imaterial. Mas a classificação, seja qual for seu motor inicial, não vem da realidade, mas de um poderoso impulso simbólico ávido de colonização conceitual, categorização, controle e hierarquia que se instala no espaço das representações, mas com efeito em todos os outros espaços. Assim, a representação é um objetivo das estratégias paralógicas e retóricas com as quais opera a desclassificação.

Incorporamos de forma submissa os milhares de sinais de prescrição e proscricção, mitológicos ou racionais, que se sobrepõem e se acumulam secularmente e que o poder simbólico ali os colocou sem nunca ter sido superados suficientemente em nenhum processo revolucionário (Holloway, 2002).

Nosso sistema hiper-regulado, entretanto, não entrega mais seu “óstracon” a ninguém. Ao contrário, readaptou e suavizou suas técnicas de adesão totalitária, substituindo a vassalagem obrigatória pela dependência ou fidelização (ou seja, escravização) que anula ou perverte a autocrítica. De fato, somos viciados em classificação. Somos os únicos seres conhecidos, viciados em vícios.

Vivemos confinados em ambientes conceituais, sem paredes nem portas, dos quais, como no filme “El Ángel exterminador”, de Luis Buñuel (1962), não sabemos ou não ousamos sair. Como repetia H. Maturana (1997): “[...] o problema é que não vemos que não vemos”. E justamente o que não vemos é a força gravitacional da classificação que nos insta à permanência – contraditória - em um ambiente de formas instáveis e voláteis, que só podemos assumir sob o efeito de dissonância cerebral, em relação ao processo de reflexividade e flutuação orbital, ao que somos convidados pela desclassificação.

Desclassificar não se opõe a classificar. O oposto de classificar é não classificar. A desclassificação implica reclassificação. Nesse sentido, não rejeita hierarquias ou dicotomias, mas simplesmente as considera e as utiliza como formas não preferenciais de organização, restituindo, em troca, recursos negados como contradição, alteridade, polissemia ou um conjunto de estratégias paralógicas (que não poderei desenvolver aqui) em busca do ideal do livre-pensamento.

Os conceitos e as normas que adquirimos desde a infância são recursos classificados que veiculam não apenas significados ou regras, mas também uma “ordem” hierárquica que também é “uma ordem”; organização e mandato seriam sinônimos simples no que diz respeito à classificação.

Contraímos um compromisso de obediência, em relação ao que está instituído, muito antes de saber falar. As estratégias de desclassificação mais rudimentares consistiriam em forçar subjetividades, identidades, autorreferências, conceitos, dicotomias, hierarquias, associações e outros automatismos aos seus limites, dentro dos quais os dogmas e paradigmas erigem seus impérios, como espelhos de suas próprias contradições inerentes.

Diante da difamação secular da epistemologia, a contradição seria sempre o poderoso recurso hermenêutico para desclassificação, e não uma adversária irritante ou evitável, como geralmente é considerada. Meu fascínio diário, de fato, reside em contemplar como nós, seres racionais, acreditamos avançar, com absoluta normalidade e consistência, entre paradoxos inexplicáveis.

Mesmo os conceitos que sustentam o horizonte inalienável da desclassificação, como liberdade ou democracia, também são portadores de frutíferas contradições: o filósofo Jesús Mosterín (2008) demonstrou, por exemplo, que a democracia é contraditória, pois os ditames da maioria prevalecem sobre os desejos e as liberdades de minorias. Claro, é exatamente nisso que consiste a democracia! Sustentariam muitos de nós à primeira vista.

É verdade, mas estamos diante de um sério paradoxo democrático. Por exemplo: há alguns anos, na Croácia (já membro da UE), a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo foi consultada em referendo. Essa proposta foi “democraticamente” derrotada. Uma esmagadora maioria católica croata impôs sua proibição aos direitos e a liberdades da minoria homossexual do país. Seria como a maioria proibir alguém de ser preto ou branco, se me permitem um exemplo banal. Isto é, uma democracia que exala a lógica do *apartheid*.

Por outro lado, os processos de emancipação, como a desclassificação, começam como um mal-estar, mas as demandas geralmente são setoriais: o feminismo luta pela emancipação das mulheres, o marxismo dos proletários, o abolicionismo pelos escravos, o movimento LGTBI pelos

sexualmente marginalizados, a laicismo pelo Estado laico e os teísmos pelos crentes. Tais mobilizações representam um interessante avanço desclassificador, mas de ordem parcial: quem reivindicaria o fim geral da opressão sem pensar em um grupo específico? Qualquer reivindicação setorial deve ser pensada no marco de uma desclassificação cuja intenção será emancipar-nos da lógica geral que impulsiona a dominação em todos os setores.

Atacando o núcleo central do problema, inúmeras emancipações parciais seriam obtidas sem o desgaste de múltiplas lutas descoordenadas e particulares. Pensar em um único grupo para sua libertação exclusiva pode estar ocultando inadvertidamente velhas práticas classificatórias.

Trata-se, portanto, de reinventar estratégias autocríticas, descolonizadoras, flexíveis, plurais, revisáveis, ou seja, desclassificadas. Tal possibilidade, muitas vezes, vem-nos da localização de recursos em culturas que a cultura ocidental ignora ou considera subalternas.

### 3 A CULTURA DE XET'AN

O episódio que vou contar-lhes deve-se a uma expedição pessoal à cosmovisão maia Tojolabal quando encontrei, por acaso, um rico material pré-epistemológico, o xet'an.

Não é um tipo de mineral, mas uma noção da cultura tojolabal sobre a qual apliquei o conselho que G. Steiner lançou no *Castelo do Barba Azul* (1991), quando propôs, à nossa autodestrutiva e decadente pós-cultura, “[...] aprender com as culturas originárias, desidealizando-as”.

Complementando outros estudos realizados anteriormente, sem qualquer espírito etnográfico, porém sempre seguindo o rastro do pluralismo lógico, nas savanas a sul do Orinoco, em 2006, em comunidades berberes, enterradas nos *foum* marroquinos (2009-2013) e particularmente, em 2016, numa estadia no Mayab mexicano (para estudar o impacto dos dispositivos digitais em sua cosmovisão (García Gutiérrez, 2016), fui

atraído pela poderosa “diferença” que o povo Tzotzil encarnava e, muito especialmente, pela lógica do mundo tojolabal.

Vou concentrar-me apenas em um detalhe, aparentemente menor dessa cultura, a noção de xet’an, isto é, “pedaço”, a tradução mais próxima do nosso conceito de “parte”. É uma palavra simples que incorpora e projeta toda a sua cosmovisão e que, como veremos, ajuda-nos a questionar os fundamentos de nossas formas de nos relacionarmos com o mundo. Começarei contextualizando essa cultura, baseando-me na excelente etnografia de Lenkersdorf (1996, 2002).

O grupo étnico Tojolabal é formado por cerca de 55.000 pessoas espalhadas ao sul de Chiapas, no México, originárias da Guatemala. A preservação de sua cultura foi objeto de atenção especial para o movimento zapatista, cujos líderes são muitos da etnia tojolabal.

O antropólogo alemão C. Lenkersdorf permaneceu em Chiapas por mais de 20 anos, trabalhando com uma comunidade “nosótrica”<sup>2</sup> Tojolabal. Na língua ergativa tojolabal (uma das 42 línguas maias vivas) não há sequer um pronome pessoal equivalente literal ao “eu” individualista ocidental. Lenkersdorf (2002, p. 4) adverte: “[...] a importância do nós exclui a ênfase no indivíduo, em particular no ego (...). Os nós absorvem o indivíduo e exige a sua incorporação ao grupo “nosótrico”. O conhecimento de cada assunto seria o resultado de uma projeção comunitária, (sic) da e para a comunidade”.

Enquanto a tradição ocidental patrocinava o ser e a unidade, protegidos por princípios lógicos e dicotômicos; em outras visões de mundo, o significado reside em diferentes parâmetros, como o coletivo e a continuidade. Lenkersdorf (2002, p. 36-37) diz:

---

<sup>2</sup> A tradução aproximada de “nosótrica”, neologismo usado por Lenkersdorf que deriva da primeira pessoa do plural em espanhol, “nosotros”, seria em português “noscêntrica”. Observa-se que em espanhol “nosótrica” é um neologismo complicado, mas não equivale à empatia ou solidariedade em relação a um “outro” distinto que realmente não é considerado no sentido tojolabal, mas seria uma mente comunitária ou coletiva que não divide os indivíduos nem os separa das coisas. Contudo, o adjetivo “nosótrico” não é tojolabal mas uma categoria ocidental para descrever sua cultura. Assim, seria conveniente compreender como “noscêntrica” ou “nossificada”, se é possível adaptar ao português, evitando a aceção “alocêntrico” que significa oposto a “egocêntrico”.

[...] filosofar em um código Tojolabal (sic) [que] está estruturado de acordo com os princípios organizacionais da pluralidade, diversidade e complementaridade (...). Nas relações sociais ninguém tenta destacar-se dos demais, em vez disso, busca-se a melhor maneira de ser útil aos outros. Daí os julgamentos negativos: *jel niwan wa xya'a sb'aj* (ele se faz muito grande) ou *jel stoyo sb'aj* (ele se mostra muito). Uma sabedoria que leva à complementaridade e vice-versa.

Como evidenciado, essa cultura milenar poderia não apenas se correlacionar ou mesmo inspirar o pensamento complexo, o pluralismo lógico, a teoria pós-colonial ou a própria desclassificação, mas também colaborar com valiosas contribuições autocríticas para “nosso” enlouquecido, burocrático, individualista e hiper-classificado mundo, sem prejudicar os avanços sociais ou o pensamento crítico que tornaram possível o melhor da tradição ocidental.

Assim como seria muito difícil para o nosso individualismo pensar “nosotricamente”, ou interagir dialogicamente com os animais, os objetos e a natureza, atribuindo-lhes o mesmo valor existencial. Contudo, os Tojolabals o fazem cotidianamente enquanto um grupo indivisível ao qual pertencem desde o nascimento. Toda a comunidade lida, por exemplo, com recém-nascidos, e o sujeito isolado é considerado um pedaço do coletivo, um fragmento sem sentido.

A invocação permanente do nós “tik” permeia todos os aspectos da vida tojolabal: educação, organização social, propriedade, produção, moradia, relacionamentos ou justiça. Se, por exemplo, um jovem tojolabal rouba uma vaca em uma aldeia próxima, não haveria uma punição pessoal imposta ao culpado, muito menos a prisão, pois a justiça “nosótrica” não é punitiva, e medidas corretivas e de reinserção seriam tomadas para que o ladrão fosse reabilitado o mais rápido possível e continuasse contribuindo com a comunidade.

Sobre este episódio, Lenkersdorf (2006) nos esclarece: “em espanhol [ou em português] dizemos, por exemplo, ‘um de nós cometeu um crime’.

Em Tojolabal seria dito: ‘um de nós cometemos um crime’”. Como pode ser visto, não é apenas uma questão gramatical, mas também uma diferença epistêmica.

Práticas comuns de nossa lógica acadêmica não fariam sentido na vida tojolabal. Vamos ilustrar o aspecto educacional com uma cena etnográfica final.

Em uma ocasião, um grupo de jovens tojolabals pediu ao próprio Carlos Lenkersdorf (2006) que fizesse a experiência de um exame, pois sabiam que era comum nas escolas e universidades mexicanas. Após um primeiro momento de perplexidade, Carlos concordou. Ele distribuiu papel, ditou uma pergunta e marcou um horário. Imediatamente, os Tojolabals fizeram um alvoroço enquanto debatiam e gritavam e, depois de alguns minutos, apresentaram uma solução. Quando Lenkersdorf comentou que eles realmente não fizeram um exame, pois nele não se pode falar e são feitos individualmente para que o professor possa dar nota, assim os jovens ficaram surpresos por ele já saber a solução de antemão, somado ao fato de estarem separados, porque se sabe que várias cabeças pensam melhor do que uma (Lenkersdorf, 2006).

A partir dessa lógica, é absurdo - e na minha opinião, na nossa lógica também - promover a qualificação individual, o micromérito ou o absurdo da publicação constante e competitiva que plataformas insaciáveis como JCR, SCOPUS ou Lattes exigem, resultando em conhecimento repetitivo e saturado mais do que inovador. São anomalias da normalidade.

Uma vez contextualizada a cosmovisão tojolabal, voltemos à pequena descoberta que motivou este texto, a peculiar concepção todo/parte vigente naquela cultura e a impossibilidade de dela derivar uma infinidade de dicotomias e hierarquias.

No monumental dicionário espanhol/tojolabal, de quase 2.000 páginas - compilado pelo próprio Lenkersdorf (2010a, 2010b) - encontramos a tradução de *xet'an*: pedaço (em português). O lexema *xe-* configura todo um campo semântico que nos convida a pensar as partes como pedaços.

Cada parte é entendida como um componente de um todo. O pedaço/xet'an, por outro lado, é a parte de um todo destruído, estilhaçado, como os fragmentos de cerâmica ou vidro caindo no chão. Das partes fazemos um todo, contudo o todo não é feito de pedaços, porque está quebrado.

Para verificar os usos do sentido casual, espontâneo, natural de xet'an em relação à noção de parte, mostrarei brevemente a semântica de vários verbetes tojolabais que constituem um grupo filtrado por sua cosmovisão (traduzida para o português): Pedaço de vidro: xet'an. Lágrima: xet. Dilacerado: xet'an. Sua propriedade foi dividida: Kan xet'an ja spinka'i. Destruir, dividir, fragmentar: xet'a. Dentada (faca): xet'i. Migalha: xetila. Partícula: xe'n k'umal. Partido: xet'a. Pernas abertas: xet'a wawoki. Peça: xe'n. Retalho: kan xet'an. Quebrar: xet'a. Setor, segmento, trecho: xet'an. Desmembrar, picar: xet'a. Passada larga: niwan xete.

Como se observa, a palavra parte é um significado elementar no campo semântico coberto por xet'an: pedaço, rasgo, fração, migalha... A palavra “parte” será usada apenas devido às exigências da lógica e das leis coloniais de divisão e de distribuição da terra. Isso sugere, também sob a cosmovisão “nosótrica”, que os Tojolabal só veem pedaços onde nós vemos partes, que eles consideram fraturados e quebrados, o que nós consideramos divididos racional e assepticamente. A questão, então, seria: que o todo, o mundo, a explicação, a verdade universal e a classificação podem ser sustentados por rompimentos e pedaços tomados como partes, ainda que sejamos seduzidos por suas belas simetrias e suas perfeitas linhas divisórias?

Como o conceito de parte não é usado na língua tojolabal, também não seria possível conhecer o todo analisando as partes. O todo não pode ser classificado em partes, nem o todo pode ser pensado a partir de partes que são entendidas apenas como pedaços. Sua abordagem é holística, abrangente e não analítica, disjuntiva ou fragmentária. Essas são também propostas de complexidade.

Por que, então, normalmente vemos/quebramos partes onde talvez haja apenas pedaços? Provavelmente por uma razão analítica, regida pela “pulsão simbólica” que alcançou evidentes conquistas parciais e provisórias em todas as ordens de conhecimento. Por meio de uma epistemologia baseada em tecnologias de ponta, em técnicas sofisticadas de lavagem e purificação nocional na invenção de conceitos apenas autorizados pelo essencialismo.

Assim, a razão particionista usa seu mecanismo peculiar de coerência, consistência e fechamento de explicações, argumentos, modelos e teorias, apesar das óbvias lacunas e abismos inter-conceituais entre peças hostis e desconexas, apenas manipuláveis porque foram travestidas em conceitos harmônicos e submissos por um preciso bisturi. Graças a essa mediação conceitual é possível perceber o mundo como pedaços que chamamos de partes e a construção como peças maiores ou superiores chamadas de todos. Nossa ousadia epistemológica é ilimitada. Vivemos alheios às ricas reservas de diferença simbólica invisibilizadas pela classificação.

A influência que um modesto verbete tojolabal, xet’an tem na desclassificação é decisiva: esses pedaços imutáveis das instâncias que nos constituem não são dados, nem são únicos, naturais ou permanentes. A maioria deles representa coisas que nunca poderiam ter um nome e que só podem ser conservados em cofres, nos quais uma ordem introduzida por nós somente seria possível na aparência ou no simulacro.

Em nossa lógica, a parte implica fração, simetria, organização, estabilidade, equidistância, elegância e previsibilidade, conforme a conveniência do corpo subordinado. O pedaço, porém, é irregular, instável, imprevisível, desproporcional, anárquico, dissonante, selvagem, chato, feio. Antropólogos ocidentais, militares e padres, partes uniformizadas e legitimadas de uma sociedade ordenada e triunfante, reconfiguraram os pedaços dos subalternos através do cânone colonial. A descrição e a classificação de raças e culturas, vivas ou extintas, são outras obras-primas de taxonomia grotesca.

O fato de as partes nunca poderem ser representações naturais ou plurais, mas dispositivos de um certo logicismo, sugere várias conclusões provisórias:

1. A representatividade das partes é escassa, nula ou falsa assim que saímos da lógica gravitacional de um sistema nocional.
2. Descrever o mundo em partes harmônicas distancia-nos muito mais dele do que considerar as redescrições pensando em pedaços toscos.
3. Assim que nos dividimos em partes e classes, abrem-se processos de sutura, hibridização e transgênero, ou seja, a anulação imediata da disjunção dado o princípio evolutivo do acoplamento estrutural (Maturana; Varela, 1997).
4. Falamos do todo apenas porque falamos das partes. A desclassificação opera fora do princípio da não-contradição, de modo que - como veremos - os todos também são não-todos, ou seja, são partes, instâncias subordinantes e ao mesmo tempo subordinadas.

Assim, para o desclassificador autocrítico, são urgentes duas operações metacognitivas: por um lado, uma demolição ontológica que elimina as fronteiras entre conceitos, entre saberes, entre seres e grupos humanos e, por outro, uma subversão epistemológica que abra nossa arquitetura rígida a processos de troca e fuga no quadro de uma “lógica (e um prazer) da diferença”. Vejamos brevemente, agora, alguns fragmentos comuns:

a) O espaço em pedaços:

Conhecemos o espaço, por exemplo, por sua divisão em países, estados, regiões, cidades, bairros, desmembramentos protegidos pelo que poderíamos chamar de “eficiência disruptiva do gentílico”. A lógica ancestral da divisão e distribuição do espaço, de acordo com cada “normalidade”

cultural, foi reclassificada pela “normalidade” da geopolítica, e sua gestão de povos e o capitalismo global.

As fronteiras - e não sabemos pensar sem elas - foram sempre fruto da violência, da distribuição ou da ambição racionalizada com efeitos diretos nas emoções e nas identidades.

O primeiro efeito notável da territorialidade é a dicotomia xenófoba nós/eles. O objetivo da desclassificação, em relação às fronteiras, só poderia ser anular a agressividade cortante de seu gume.

A construção das nações hegemônicas modernas foi edificada sobre os escombros de milhares de culturas antigas. Muitas dessas culturas nos deixaram belas ruínas, mas, como afirma Marc Augé (2003), nossa civilização dificilmente deixará escombros (materiais e simbólicos).

A quantificação, a mensuração, a apropriação e a demarcação do espaço expropriado gradualmente tornaram-se operações racionais, protegidas, legalizadas e aceitas pelas sociedades por meio de “geossímbolos”.

Os “geossímbolos” naturais (como vulcões, rios, lagos) foram gradualmente substituídos por geossímbolos culturais, religiosos e nacionais (castelos, pontes, templos). A partir do século XX, os geossímbolos culturais começaram a sobrepor-se aos símbolos comerciais, que chamaremos de “mercassímbolos” (por exemplo, as bandeiras e *outdoors* do McDonalds, Carrefour, Ford etc.), até a substituição prática do valor simbólico de um e de outro. “Mercassímbolos” que nos orientam (ou melhor, segundo Baitello, “nos ocidentam”) e são onipresentes nas novas armas imperiais: os dispositivos digitais.

b) O tempo em pedaços:

Não poderíamos descrever o sentido do tempo (que talvez seja a chave do próprio sentido) em termos de experiência desclassificada (pelo menos nosso “tempo livre”, o “ritmo interior”) em vez de entregá-lo aos desígnios de uma classificação numérica e global que o despedaça e o distorce? Talvez a maior intensidade de prazer possa representar a unidade

mínima de sentir o tempo e a maior intensidade de dor a sua unidade máxima, superando o mais preciso mecanismo de relógio. Espaço, parêntese, comunicação, proxêmica ou tecnologia sempre foram características fundamentais da diferença, contudo nada, tal como a lógica do tempo, dar-lhe-á tanto significado.

Cada cultura precisa de sua própria classificação de temporalidade (e é por isso que o tempo sempre foi usado como instrumento de subjugação e colonização). Geralmente desvinculado de antigas leituras mitológicas e inerente a costumes e visões de mundo, determina a compreensão de mundo dos sujeitos, a percepção da memória e das formas de esquecimento, a projeção de seus sonhos e expectativas, o sentimento de solidão, de paciência, de cada gesto íntimo do cotidiano, agora expropriado pela instantaneidade da transcultura digital.

Os grandes projetos civilizatórios, chineses, maias, astecas, judeus, hindus, islâmicos... e milhares de pequenos assentamentos culturais, erigiram pautas muito diferentes para expressar o tempo, embora acabassem rendendo-se ao calendário ocidental, como moeda global, assim como seus eletrodomésticos com temporizadores.

O passado, nosso ou alheio (como o espaço físico), foi classificado pelos historiadores do poder e recebeu denominações inequívocas que o fixam a uma ressemantização contemporânea (idade da pedra, final da idade média, pós-clássico, idade moderna, dia da vitória, guerra fria etc.). Boias e faróis de poder e muitas outras marcas temporárias, colocadas pela civilização hegemônica, não apenas classificam a totalidade do passado dos outros (de sua história), privando seus autênticos herdeiros de sua própria interpretação, mas também do passado lembrado (a memória viva) privando-o, assim, de plena liberdade de autonarração.

Além disso, como no caso do espaço, o tempo era simbolizado. Os “cronossímbolos” naturais (nascer e pôr-do-sol, meio-dia, marés e fases lunares, solstícios) foram gradualmente substituídos, e seus substitutos monumentalizados, por “cronossímbolos” culturais: aniversários, ono-

místicos, datas de eventos imperiais, nacionais ou locais, festividades e comemorações.

A simbolização temporária da cultura sofrerá, no entanto, ao longo do século XX, um impacto mercantilista semelhante ao espaço, fundindo-se com os mercassímbolos (promoções de inverno ou de verão, dia dos pais, dia das mães, de finados, dos namorados, da padroeira local, da bicicleta etc.).

A imposição de um único sentido global de tempo é o espartilho mais sutil e férreo que contamina a diversidade cultural. A crescente hiperdivisão da temporalidade, a paranoia sincronística, sua enfática hiper-visibility, não supõem nada mais do que a decomposição do sentido em um tempo coercitivo incompatível com a vida plena, sentido que a desclassificação libertaria do jugo cronográfico, introduzindo destempos, anacronias, arritmias, momentizações, periodizações, pelo menos na extensa temporalidade interior que não requer sincronia.

c) O mundo em pedaços:

Os despedaçamentos que delineamos no espaço e no tempo são fruto de uma certa forma de conceber o mundo que, recursivamente, elabora categorias para configurá-lo. Para não entrar na longa série de desmembramentos resultantes da separação de conceitos inseparáveis como conhecimento, língua, cultura, identidade, memória ou imaginário, convido a vocês a pensá-los como “o mundo”, uma categoria sintética dos conceitos que compõem o sentido.

Nosso modo de conhecer, por exemplo, é baseado em um sistema de classificação que se organiza fragmentando por meio de máquinas que desfiguram a natureza; instituições universitárias que separam e fragmentam competências; redes digitais que atomizam e dispersam a cultura em micropatrimônios; políticas que nos dividem em nativos, estrangeiros, migrantes legais ou ilegais; ideologias que inventam o outro enquanto perseguem a diferença; tira-linhas metropolitanas que determinaram a repartição histórica do planeta; invenção de um indivíduo exclusivo cujo modelo

nunca teve tantas fotocópias... Tudo nesta pequena lista indicativa e tudo o que podemos pensar, imaginar e sonhar (e até a forma de fazê-los) é produto de uma forma única de elaborar e classificar o mundo que não tolera alternativas.

O conhecimento hiperespecializado só avança para dentro, afastando-se de outros conhecimentos especializados (facilitados pelas paredes de concreto das faculdades e laboratórios) e espalha-se em seus próprios congressos, revistas e clubes de interessados. O desinteresse e a indiferença por outros campos, e não apenas aqueles considerados distantes, mas muitos relacionados, aumenta-se se trata de outras formas de pensar e criar conhecimento, julgando subalterno e desacreditado o conhecimento que brota fora dos jardins da academia, embora seus benefícios tenham sido comprovados por séculos.

A civilização de números substitui o sentido espontâneo e íntimo da cultura. Smartphones e muitos outros dispositivos contabilizam percepções, intuições e emoções difusas, anulando-as ao transformá-las em dados: número de calorias, batimento cardíaco, frequência de pulsações, ondas cerebrais, passos dados por quilômetros percorridos, tempo, número de fotos ou mensagens, graus de temperatura, relatório sobre o humor, contribuindo para uma autopercepção, que já é pós-humana.

Medição somática, textual, espacial, etc. reforça-se pela quantificação incessante do nosso ambiente: taxa de desemprego, número de imigrantes, vítimas, turistas, carros por minuto, preços, índice da bolsa e taxa de câmbio, dos quais somos avisados constantemente, tuits, sms, alarmes e alertas recebidos 24 horas por dia, através de dispositivos digitais, que logo serão anexados ou enxertados usando microchips e *wearables*.

Como um anatomista, que despedaça com precisão os corpos (cabeça, braços, coração etc.), nós, sujeitos, dividimos o mundo através de uma linguagem (categorias e conceitos fechados) em crescente conversão digital e numérica. Mas como dividir ou contar os neurônios, a pele, o riso, o

medo, a esperança? Como separar o contável do incontável, o material do imaterial, senão rasgando-o pelas mãos de uma razão suprema abstrusa?

Além de ter explicitado e confinado o mundo em um sistema de noções fechadas e numeradas, o pensamento o organiza e o reproduz em torno de “noossímbolos”. Um sistema unificador de indicadores fornecidos pela cultura, língua ou conhecimento, operando de forma colaborativa com geos e “cronossímbolos”.

Assim, uma infinidade de “noossímbolos” como provérbios, ditos, canções, léxicos, clichês e estereótipos, analogias, mitos e todo um exército de tópoi, lugares-comuns e automatismos, espream em lugares estratégicos de pensamento ou comunicação, controlando o sistema sob uma classificação mais simples ao invés do mais global. Até mesmo um alfabeto de *emoticons* amarelos e simpáticos contribui para a colonização massiva de emoções.

E agora, cinco conclusões e uma exortação:

Apesar do exposto, o pensamento metonímico, dicotômico e classificado funciona e é bem-sucedido (como o capitalismo selvagem). Evidentemente, uma vitória determinada pelos indicadores nunca neutros da epistemocracia. Os argumentos acima nos permitem fazer várias sugestões:

1. Podemos projetar construções materiais ou simbólicas (como uma classificação, por exemplo) por meio de estratégias de particionamento ou classificação, mas com elas acessaremos apenas um mundo endogâmico, ditado por um cânone redutor que predestina qualquer processo inferencial.
2. O pensamento totalitário procede de partes imutáveis subordinadas a todos imutáveis, na imutável lógica profunda de uma hierarquia. Uma classificação que não aceite sua inerente contradição levaria ao conhecimento involutivo, para perdermos no desconhecimento.

3. A desclassificação propõe-se a pensar, em virtude da estratégia de extensão ontológica, em “todos que são sempre também partes” e em “partes que sempre também são todos”, ou seja, pensar na provisoriedade, arbitrariedade, revisibilidade, contradição, promiscuidade e incoerência de conceitos e categorias que são, ao mesmo tempo, imutáveis, inequívocos, leais, consistentes e coerentes.
4. O todo só existe na mente, porque é elaborado por uma lógica baseada em partes. Sem lógica partitiva não haveria nem o todo nem a necessidade do todo. Sem essa necessidade, a lógica hierárquica e dicotômica seria marginalizada como eixo organizador do pensamento. Através do controle metacognitivo das matrizes dicotômicas todo/partes, geral/particular, o número de dicotomias secundárias e automáticas seria reduzido fractalmente e, portanto, sua centralidade na construção do conhecimento.
5. Em mais ocasiões do que imaginamos, uma explicação só pode ser formulada como questão e, em muitas outras, apenas como contradição.

A frase perturbadora e extrema de Gorbachev, “parar o progresso” nos convida a repensar nossos papéis pessoais e profissionais no mundo contemporâneo (La Batalla De Chernóbil, 2006). Não vamos restringir a ameaça do progresso à energia nuclear, como o líder soviético, mas vamos estender as restrições – como fez Walter Benjamin (1989) – a qualquer modalidade de progresso que promova o extermínio da diferença.

Seja qual for sua origem, lucro ou planejamento, é um retrocesso: melhorar para piorar. Progresso, então, seria um conceito altamente contraditório (podemos ser e não ser progressistas ao mesmo tempo), o que exige desclassificação urgente.

Foi-se o tempo de crescer, de expandir, de competir, de explorar, de ocupar, de expropriar, de subjugar, pelo menos no sentido colonizador que se costuma atribuir a esses conceitos. Estamos diante do dilema: ou nos leva a uma lenta destruição simbólica da diferença, a qual a extinção cultural já se encontra em um ponto irreversível, ou a projetar e vivenciar mundos mais sensíveis e diversos vinculados a um certo campo semântico que abre o prefixo inicialmente negativo des- (des-, dis-): desfazer, diminuir, descentralizar, desconstruir, desapropriar, desburocratizar, desacelerar, distensionar, desobedecer, enfim, desclassificar.

Finalmente, a exortação: Já se foram os dias de atos de fé em processos revolucionários que terminaram em decepção, em ditaduras ou falsas democracias. Já não são tempos de revolução, mas de devolução.

Estamos diante do convite inevitável de um alarme que nos obriga a liquidar com a natureza, com os povos, com as culturas diluídas, a própria dívida do espólio material e simbólico acumulados por clãs e séculos de imparável substituição e pilhagem. É uma dívida injusta, como a do pecado original, cujo credor - desta vez terreno - já nos sujeita às duras consequências do não pagamento. E aqueles que nos sucedem devem permanecer exonerados desta.

A simples e a modesta noção tojolabal de xet'an, pedaço, forjada em uma cultura antiga "nosótrica", ajuda-nos a repensar a classificação inventada e exportada pela nossa implacável civilização, uma forma de pensar e de saber concebido a partir de uma lógica supremacista, disjuntiva, patriarcal, gananciosa, neocolonial e racista. A mesma velha lógica reinventada e agora apoiada pelas tecnologias digitais, para difundir o totalitarismo, o abuso, a destruição e, no lugar da diferença, a indiferença. A desclassificação pode ajudar bastante a evitar o imenso naufrágio.

## REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **El tiempo en ruinas**. Barcelona: Gedisa, 2003.
- BENJAMIN, Walter. **Discursos interrumpidos I**. Buenos Aires: Taurus, 1989.
- BOHR, Niels. **La teoría atómica y la descripción de la naturaleza**. Madrid: Alianza, 1988.
- BUÑUEL, Luis. **El ángel exterminador**. México: Alatraste (film), 1962.
- ELSTER, Jon. **Ulises y las sirenas**. Estudios sobre racionalidad e irracionalidad. México: FCE, 1989.
- FLUSSER, Vilém. **A dúvida**. São Paulo: Annablume, 2011.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. **Frentes digitales: totalitarismo tecnológico y transcultura**. Salamanca: Comunicación Social ed., 2016.
- HOLLOWAY, John. **Cambiar el mundo sin tomar el poder**. Barcelona: Viejo topo, 2002.
- LA BATALLA de Chernóbil. Direção: Thomas Johnson. Produção: Play Film. Reino Unido, 2006. Disponível em: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/otros-documentales/documaster-batalla-chernobil-1/3581518/> . Acesso em: 9 ago. 2023.(Documentário exibido por RTVE, 22 de abril de 2016.)
- LENKERSDORF, Carlos. **Los hombres verdaderos**. México: Siglo XXI, 1996.
- LENKERSDORF, Carlos. **Filosofar en clave tojolabal**. México: Porrúa, 2002.
- LENKERSDORF, Carlos. Aspectos de educación desde la perspectiva maya-tojolabal. **Reencuentro**, Coyoacán, v. 33, p. 66-74, Nov. 2006.
- LENKERSDORF, Carlos. **Diccionario español-tojolabal-2**. 3. ed. México: Plaza y Valdés, 2010a.
- LENKERSDORF, Carlos. **Diccionario tojolabal-español-1**. 3. ed. México: Plaza y Valdés, 2010b.
- MARTÍN BARBERO, Jesús. Las transformaciones del mapa cultural. Una visión desde América Latina. **Ámbitos**, Sevilla, v. 2, n. 2, p. 7-22, 1999.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J. **El árbol del conocimiento**. Barcelona: Debate, 1997.
- MOSTERIN, Jesús. **La naturaleza humana**. Madrid: Espasa Calpe, 2008.
- STEINER, George. **En el castillo de Barba Azul: aproximación a un nuevo concepto de cultura**. Barcelona: Gedisa, 1991.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- AUGÉ, Marc. **Los no lugares, espacios del anonimato:** antropología sobre modernidad. Barcelona: Gedisa, 1993.
- COE, Michael D. **Los mayas. Incógnitas y realidades.** México: Diana, 1989.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. **Desclasificados. Pluralismo lógico y violencia de la clasificación.** Barcelona: Anthropos, 2007.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. **Outra memória é possível:** estratégias descolonizadoras do arquivo mundial. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. Declassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, abr. 2011a.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. **Pensar en la transcultura.** Madrid, Plaza y Valdés, 2011b.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. **Epistemología de la Documentación.** Barcelona: Stonberg, 2011c.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. Declassifying Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 41, n. 5, p. 393-409, 2014a.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la OC como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 8, n. 1-2, 2014b. DOI: 10.36311/1981-1640.2014.v8n1e2.02.p3. Acesso em: 10 jul. 2023.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (obstáculos epistémicos, regencia de la transcultura y desclasificación). **Brazilian Journal of Information Science**, v. 8, n. 1-2, parte I: 19, parte II: 34, 2014c. DOI: 10.36311/1981-1640.2014.v8n1e2.03.p22
- KHATIBI, Abdelkebir. *Pensée-autre. Maghreb pluriel.* Paris: Denoël, 1983.
- MIGNOLO, Walter; SCHIWY, Freya. Transculturation and the colonial difference: double translation. **Información y Comunicación I/C**, Sevilla, v. 4, p. 6-28, 2007.
- MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo.** Barcelona: Gedisa, 1996.
- MOUFFE, Chantal. **La paradoja democrática:** el peligro del consenso en la política contemporánea. Barcelona: Gedisa, 2016.
- NIETZSCHE, Friedrich. **La genealogía de la moral.** Madrid: Alianza, 1997.
- PEÑA, Lorenzo. Algunas aplicaciones filosóficas de lógicas multivalentes. **Theoria**, San Sebastian, v. 16-18, n. 7, p. 141-163, 1992.

PEREC, George. **Pensar-classificar**. Barcelona: Gedisa, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 80, p. 11-43, 2008.